

BOAS PRÁTICAS



Como sobreviver ao veneno das revistas predatórias

Pesquisadores buscam estratégias
para atenuar os prejuízos de publicar
em periódicos fraudulentos

A resiliência das revistas predatórias, que divulgam artigos científicos em troca de dinheiro e sem submetê-los a uma avaliação por pares genuína, fez com que o combate a essas publicações ganhasse um novo front: na impossibilidade de eliminá-las, tenta-se reduzir os danos que elas provocam na credibilidade da comunicação científica e na reputação de autores. Um fórum realizado em dezembro pelo Committee on Publication Ethics (Cope), entidade internacional que mobiliza editores na discussão de temas de integridade científica, evidenciou esse debate.

Um dos tópicos abordados foi a viabilidade de criar um mecanismo capaz de garantir a pesquisadores a prerrogativa de exigir a retratação de um artigo quando descobrissem que haviam publicado em um periódico fraudulento. Ocorre que, na maioria dos casos, os editores dessas revistas simplesmente ignoram os pedidos dos autores ou então aproveitam para exigir o pagamento de uma “taxa de retratação”, de algumas centenas de dólares – já existe inclusive a figura do “manuscrito refém”, à espera de um resgate para poder ser cancelado. A conclusão do Cope foi de que seria impraticável criar uma instância para decretar retratações à revelia, já que o periódico se torna detentor dos direitos sobre o artigo.

A ideia corrente de que pesquisadores recorrem a revistas predatórias para inflar de forma ilegítima sua produção científica simplifica um fenômeno complexo. A epidemiologista canadense Kelly Cobey, do Ottawa Hospital Research Institute, publicou em 2018 na revista *BMJ Open* um levantamento sobre as motivações de autores da área biomédica que publicaram em periódicos com práticas enganosas. Quase a metade dos entrevistados disse só ter percebido que o título era de baixa reputação depois que já haviam submetido o trabalho. O estudo também mostra que os pesquisadores recorreram a essas revistas depois de tentativas fracassadas: um terço havia tido seu *paper* rejeitado anteriormente e, desse grupo, 43% ouviram um não duas vezes. A pesquisadora, que participou do fórum realizado pelo Cope, está desenvolvendo uma alternativa às nem sempre atualizadas listas de periódicos predatórios: uma plataforma de acesso aberto capaz de informar as práticas e o grau de

A ideia de que autores recorrem a títulos de baixa reputação apenas para inflar sua produção simplifica um fenômeno complexo

transparência de cada revista científica. “A ferramenta que está sendo desenvolvida vai incluir títulos de todo tipo, não apenas os de acesso aberto”, explicou Cobey, referindo-se ao escopo habitual das listas de publicações embusteadas.

Utilizar periódicos predatórios pode trazer vários prejuízos. Um deles é o risco de o *paper* desaparecer. É comum que essas revistas sejam descontinuadas sem deixar rastros na internet assim que suas práticas são denunciadas. Mesmo que isso não aconteça, bases de dados como Web of Science e Scopus têm por norma não indexar tais revistas, reduzindo a chance de que seus artigos recebam citações. Mas o dano à reputação talvez seja o principal problema. Ter um trabalho publicado em um título desses, no qual há dúvidas se houve mesmo revisão por pares, pode prejudicar um pesquisador em um processo rigoroso de avaliação.

Existem cuidados que os autores podem tomar para garantir que seu trabalho tenha uma revisão por pares adequada mesmo se vier a ser publicado em uma revista predatória. Em um artigo divulgado em janeiro no periódico *Publications*, da editora suíça MDPI, o psicólogo Yuki Yamada, da Universidade de Kyushu, no Japão, compilou uma série de dicas e recomendações para preservar a lisura e a robustez de um *paper*. Um dos recursos propostos é o uso do relatório registrado, já disseminado na área médica e que vem conquistando espaço em disciplinas como a psicologia. Por meio desses relatórios, o pesquisador declara métodos, planos e protocolos de uma pesquisa que ainda não foi iniciada. Isso

dá mais transparência e credibilidade aos resultados, pois impede que se modifique a hipótese ou dados sejam suprimidos ao final do trabalho, distorcendo-o.

Outro expediente é obter avaliações independentes antes de publicar o artigo. Algumas empresas de comunicação científica especializadas em ajudar autores a editar seus manuscritos em inglês oferecem também serviços pagos de revisão por pares. Os resultados da revisão podem ser consultados em um link fornecido pela empresa atestando que o *paper* passou por um crivo de qualidade mínimo. Há alternativas gratuitas, como a plataforma Review Commons (www.reviewcommons.org), composta por pesquisadores das ciências biomédicas e da vida que avaliam manuscritos antes de serem publicados. Os relatórios dos revisores sugerem aperfeiçoamentos nos trabalhos e comentam seu potencial para comunidades disciplinares específicas, ajudando os autores a escolher as plataformas de *preprints* ou os periódicos mais adequados. O pesquisador pode optar por submeter o artigo a alguma das 17 revistas da editora Embo Press, que coordena a iniciativa – o processo de revisão, nesse caso, é mais rápido, pois leva em conta as considerações do relatório. Outro serviço gratuito que oferece validação científica para manuscritos é o Peer Community In (peercommunityin.org), financiado pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Agricultura e Ambiente da França (Inrae). Manuscritos de boa qualidade recebem uma carta de recomendação, que comenta os pontos fortes e as limitações do artigo, além de sugerir referências. Há ainda a possibilidade de obter recomendações públicas. Existem serviços na internet como o plaudit.pub por meio do qual pesquisadores cadastrados na plataforma Orcid podem analisar e endossar o conteúdo de manuscritos. Repositórios de *preprints* como o PsyArXiv são parceiros do serviço.

Yamada considera que a pressão sobre pesquisadores para que publiquem muitos artigos faz com que muitos deles se tornem presas fáceis de revistas predatórias – já que elas enviam e-mails frequentes e persuasivos oferecendo falsas promessas. Ele decidiu compilar as recomendações para ajudá-los. “Na vida acadêmica, não conseguir publicar seu trabalho equivale à morte profissional”, conclui. ■

Fabrcio Marques

Dicas contra má conduta em linguagem simples

A Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Prope/Unesp) criou uma página na internet com dicas sobre boas práticas e questões relacionadas à integridade científica. Batizado de Propetips (bit.ly/378TDnh), o serviço aborda tópicos como plágio, exageros em autocitações, a forma correta de atribuir a autoria de um trabalho científico, a identificação das revistas predatórias, entre outros, em um total, até agora, de 26 verbetes.

O trabalho é liderado desde 2018 por José Augusto Chaves Guimarães, do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *campus* de Marília, que à época presidia a Comissão Institucional para Rankings da universidade. “A ideia original era criar um conjunto de orientações para ajudar os docentes e alunos da Unesp a garantir maior visibilidade para seus trabalhos, como os cuidados com a assinatura e o registro de afiliação institucional de artigos ou a importância da inscrição do pesquisador no cadastro Orcid, que torna sua produção científica mais acessível para as empresas responsáveis por fazer rankings de universidades”, explica Guimarães. Logo, o escopo das Propetips foi ampliado, oferecendo referências capazes de disseminar boas práticas acadêmicas, como a elaboração e a recepção de pareceres científicos, a escolha de palavras-chave em *papers* e a construção de

abstracts mais informativos, além de prevenir situações de má conduta. “Os textos são curtos, utilizam linguagem acessível e seu objetivo é informar e estimular comportamentos adequados, sem o viés às vezes normativo ou punitivo que diretrizes sobre boas práticas costumam ter. Procuram sempre orientar os pesquisadores, em uma ação indutora que leve à reflexão. Já me disseram que algumas dicas são óbvias e que todos os pesquisadores deveriam conhecê-las, mas se fossem mesmo óbvias não teríamos problemas relacionados à pouca visibilidade acadêmica e à má conduta científica”, afirma. A repercussão do trabalho, segundo o pesquisador, tem sido favorável. “Recebi e-mails de docentes informando que estavam incorporando as dicas à bibliografia de suas disciplinas.” O pesquisador planeja, em breve, escrever algo sobre o fenômeno da hiperautoria, que é a disseminação de artigos científicos com centenas e até milhares de autores. “É um assunto preocupante, porque fica difícil compreender qual foi a contribuição individual de cada pesquisador no trabalho. Isso pode, ainda, abrir um flanco para a atribuição de autoria a nomes que talvez devessem estar apenas nos agradecimentos.” Recentemente, as Propetips foram incorporadas às estratégias da Comissão de Integridade, Ética e Práticas de Pesquisa da Unesp, criada em 2017, da qual Guimarães passou a fazer parte recentemente.

Em cada agência, um oficial de integridade

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, determinou no dia 27 de janeiro uma revisão das políticas de integridade científica de todas as agências federais. O memorando “Restaurando a confiança do governo por meio da ciência e da integridade e da formulação de políticas baseadas em evidências” destaca a necessidade de evitar “interferências políticas impróprias” e determina que as agências, mesmo aquelas que não financiam atividades de pesquisa, tenham em seus quadros um oficial de integridade científica, profissional encarregado de zelar pelo uso adequado da ciência na formulação de políticas. O governo do seu antecessor, Donald Trump, foi acusado de interferir em decisões técnicas de órgãos como a Agência de Proteção Ambiental e dos Centros de Controle e Prevenção de

Doenças (CDC) e de impedir a divulgação de avaliações de pesquisadores.

A responsabilidade por monitorar a integridade científica em órgãos do governo caberá ao geneticista Eric Lander, conselheiro de Biden para assuntos ligados à ciência. O Escritório de Administração e Orçamento da Casa Branca vai avaliar nos próximos quatro meses formas de expandir o conjunto de metodologias utilizadas em políticas baseadas em evidências, incorporando a elas conhecimentos em ciência de dados, ciências sociais e comportamentais. As agências federais também deverão reconsiderar suas necessidades de obter aconselhamento ou assessoria de órgãos consultivos. O objetivo é verificar se é preciso reforçar o apoio que elas recebem de painéis e de especialistas qualificados.

